

EDUCAÇÃO NA CIDADANIA A PARTIR DO PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PIEF)

Darliane Silva do Amaral, UnB, darliane.amaral@gmail.com

RESUMO

Esse trabalho engloba uma discussão sobre a relação da educação na cidadania a partir da análise das condições de ação do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF). O programa atua na inclusão social dos jovens com insucesso escolar (retenção/abandono), comportamentos desviantes, jovens institucionalizados e oriundos de famílias disfuncionais. Um dos principais objetivos da medida PIEF é a garantia do cumprimento da escolaridade obrigatória. Empiricamente, optamos pela pesquisa qualitativa, caracterizado num estudo de caso, tendo como instrumentos de recolha de dados o diário de campo e entrevistas semiestruturadas. Os dados foram tratados através da Análise de Conteúdo, a partir das seguintes categorias: (i)-identificação profissional; (ii)-organização e dinâmicas pedagógicas; (iii)-condições de ação; (iv)-propostas futuras. Relativamente aos professores, foi consensual a necessidade de formação específica, potencializando o desenvolvimento de uma educação na cidadania dos jovens com comportamentos desviantes, e uma melhor organização da escola, no sentido de ampliar os conhecimentos dos alunos.

Palavras-chave: PIEF; jovens; educação e cidadania; escola.

1-Educação na cidadania: um debate em constante formação

No contexto da era pós-moderna (BAUMAN,1998; HALL 2003; 2015), à qual alguns autores chamam modernidade tardia (GIDDENS, 1991) a sociedade muda com impressionante rapidez e tende a tornar-se cada vez mais inconstante. Envoltos em transformações vertiginosas, os indivíduos (re) formulam maneiras de viver, que equilibram e desequilibram a convivência com o coletivo e com o planeta. Nesse sentido, acreditamos que a escola, enquanto instituição social, deve passar por transformações e alterações em sua metodologia educativa. Afirmam Deleuze e Parnet, (2004) que nada é permanente a não ser a mudança. Entende-mos que torna-se necessário que a escola reveja conceitos e adeque práticas que atendam às exigências da sociedade e ofereçam uma educação na cidadania, de forma a contribuir com a integração do jovem frente aos desafios postos no dia a dia e às perspectiva do mundo do trabalho.

De acordo com Fonseca (2000), educar na cidadania deve partir de seis temáticas: educar para reconhecer e respeitar as diferenças e a diversidade multicultural; dar importância aos fenômenos crescentes de exclusão social, entendendo que eles aparecem como obstáculos ao exercício da cidadania, por um número significativo de pessoas; o resgate dos valores à educação e a discussão da importância desses valores; o desenvolvimento sustentável, que postula a existência de uma harmonia entre o homem e o que está ao seu redor; uma participação mais ativa nos funcionamentos dos organismos sociais, sendo um caminho para a construção da identidade social participativa; e, por fim, o trabalho para desenvolver nos indivíduos uma consciência identitária nacional e transnacional, em que haja uma vasta integração dos espaços.

Contudo, a discussão em torno da ideia de uma educação na cidadania, perspectiva dentro da qual albergamos a presente reflexão, envolve inúmeras complexidades, desde já, pela dificuldade em traçar o perfil do cidadão em nossos dias. A propósito, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2010) desenvolve uma matriz epistemológica e analítica com vistas a pensar a cidadania a partir dos que não são cidadãos. Para Boaventura a discussão em torno do conceito de cidadania é complexa e também rica, pois pensar a cidadania como forma de proteção social é uma questão que envolve muita tensão entre o indivíduo e a coletividade, pois não há um equilíbrio entre direitos e deveres.

Desse modo, o percurso na constituição do indivíduo-cidadão perpassa pela apropriação de valores e condutas, através das quais, o indivíduo tem de agir de maneira socialmente aceitável, exercendo direitos e deveres, como cidadão de um determinado contexto sociocultural e político. Para isso, importa refletir sobre as exigências dessa estrutura social, na qual os jovens com comportamentos desviantes estão, mas da qual não necessariamente participam enquanto integrantes efetivos.

Foi interesse nosso analisar em que medida a metodologia do PIEF contribui no processo de formação da cidadania dos jovens com comportamentos desviantes, para o qual, muitas vezes, a escola formal não consegue oferecer caminhos que os auxilie na construção de suas identidades. Do nosso ponto de vista é importante discutir na escola acerca da visão de mundo desses jovens, e como esta orienta as suas práticas sociais, uma vez que a escola pode propor exercícios de mudanças pessoais e sociais. Para a Maíra Baumgarten (2009, p.19) uma das formas de produzir conhecimento sobre a natureza e sociedade é através de diálogos e práticas transdisciplinares. Para ela a transdisciplinaridade entre os campos das diversas áreas das ciências existentes na atualidade é cada vez mais relevante para a uma construção e ampliação do conhecimento, seja ele local ou universal.

2-Escola: um espaço de vivências

Apresentamos alguns resultados e discussões, produtos da vivência com o grupo/turma PIEF da Escola Secundária com 3º Ciclo D. Dinis-Coimbra-Portugal. A medida PIEF foi criada no âmbito do PEETI¹, sendo revisto e reformado pelo despacho conjunto n.º 948/2003 dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, publicado a 26 de setembro, e 171/2006 de 12 de janeiro dos mesmos ministérios. O programa tem como objetivo promover a certificação escolar do 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e profissional, de menores a partir dos 15 anos em situação de abandono escolar. Aliado a essa certificação, o foco do programa é desenvolver no jovem uma mudança de postura, possibilitando-lhe adquirir hábitos e comportamentos que fragilizem as ações negativas, obviamente fortalecendo comportamentos positivos.

O público observado na investigação era composto pelo diretor da escola, dois técnicos específicos do PIEF (Técnico da Equipa Móvel Multidisciplinar-EMM /trabalha na sede regional do programa e vai a escola com uma certa frequência. Já

¹ Plano de Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil.

Técnico de Intervenção Local-TIL/atua cotidianamente na escola com os professores e alunos); nove professores e onze alunos (idade entre os 14 e 17 anos). Recorremos, para nos auxiliar no estudo de caso (YIN 2001) com observação participante (AMADO,2009) da construção de diários de campo (LESSARD-HEBERT, 1994; AMADO, 2009) e aplicação de entrevistas semiestruturadas (GIL,1999), entendendo estes como um recurso metodológico que melhor respondia ao acompanhamento cotidiano do grupo/turma. No sentido de organizar e sintetizar os dados recolhidos em campo, recorremos a análise de conteúdo, compreendendo esta como um processo de formação de significados (GIL, 1999; BARDIN, 2011).

Compreendendo a escola como espaço de interação, troca, conhecimento e formação, é que entendemos o papel do professor como importante mediador das muitas vivências e com possibilidades de propor mudanças na condução dos conhecimentos. Para Edgar Morin (2014), o sistema educacional deve romper com o isolamento entre os conhecimentos, e propor uma articulação entre os diversos conhecimentos. Essa discussão permeia os aspectos observados no estudo empírico, uma vez que um dos objetivos era identificar a relação entre os agentes que atuavam no PIEF e a interação dos alunos com a metodologia do programa. A partir das quatro categorias que se seguem, buscamos explicitar pontos importantes identificados no estudo.

(i)-Identificação Profissional

A partir da aplicação dos instrumentos (diário de campo e entrevista semiestruturada), identificamos que a totalidade dos professores já faziam parte do quadro efetivo da escola em questão, tendo sido destacados para o programa por designação do diretor da escola.

No que concerne ao Técnico da Equipa Móvel Multidisciplinar (EMM), o Técnico de Intervenção Local (TIL), juntamente com todos os docentes, identificou-se que não houve formação específica para trabalhar em PIEF, fato questionado por quase todos os entrevistados diante da necessidade de uma formação específica. Dentro dessa formação específica foram propostos pelos entrevistados alguns caminhos. Em síntese, estes passavam pela formação para atuar na realidade de jovens com comportamentos desviantes. Reiteramos a ideia de o docente como mediador do processo ensino aprendizagem precisar aproximar a escola do aluno. Rangel (2010, p.163) acrescenta que “as práticas de ensino devem partir de conceitos, fatos e processos mais próximos dos alunos, mais reconhecidos por eles”.

(ii)-Organização e Dinâmicas Pedagógicas

Esta dimensão foi analisada a partir de diversos aspectos. Relativamente a organização do horário das aulas, não foram referidos aspectos positivos, fato já esperado, pois no decorrer do ano letivo, identificamos e registramos no diário de campo, constante insatisfação dos professores. Realidade salientada no momento da entrevista, por um destes.

[...] o projeto foi condicionado a coisas que já existiam e não se conseguiam, não se puderam ou não se quiseram alterar, ou seja, a mancha de horário dos alunos existe de forma a poder contemplar o que já existia como horários estabelecidos dos professores que passaram a integrar esta equipa pedagógica. Portanto, o critério não foi o critério de adequação dos alunos ao tempo ou a rentabilidade de uma parte ou outra do dia, mas o critério foi o transtornar ao menos possível aquilo que já estava feito. [...] em português faz-se uma pausa para se ter matemática e depois é capaz de haver uma outra coisa que até se poderia ligar ao primeiro bloco mas que já desligou. Portanto, há uma maior dificuldade de continuidade no dia em determinados tipos de tarefa, [...].

As queixas relacionadas com a organização do horário das aulas são advindas do início destas, só ter acontecido, quase dois meses após o ano letivo já ter iniciado. Segundo a Técnica EMM, o início tardio deu-se pela dificuldade em encontrar uma escola disponível a receber o grupo/turma PIEF. Para justificar a aceitação deste grupo/turma por parte da escola, o Diretor refere que “o programa visa, em termos escolares, dar uma resposta junto ao conjunto de alunos que não podem ficar em casa, que não podem ficar na rua. [...] Portanto estes miúdos têm que estar na escola”.

No tocante a matriz curricular do PIEF, ficou evidente através das entrevistas e das observações nos diários de campo, insatisfação por parte dos docentes, tendo em conta as especificidades da turma, e a não adaptação a matriz proposta. Os docentes discordam que o ensino direcionado para o público PIEF siga a mesma matriz do ensino regular, uma vez que, para eles, isto significa dizer que não há reformulação do currículo, tendo uma única possibilidade de alteração: esta ficando a critério de ser reajustada ao nível dos conteúdos pelo professor.

A partir das falas dos professores nos momentos das reuniões, foi concensual a opinião de que os alunos possuem muitas lacunas ao nível da aprendizagem cognitiva. Especificamente no grupo tratado, a turma da Escola Secundária com 3º ciclo D. Dinis, pôde-se observar situações limites, como a de um aluno com habilitação no 5º ano que não sabia ler nem escrever. Segue a caracterização sociodemográfica deste grupo/turma

para que se possa visualizar das limitações, do perfil escolar e do contexto atual dos alunos envolvidos.

Quadro 1- Caracterização sociodemográfica dos alunos

Sujeito	Idade	Género	Frequentou a Pré-escola	Frequentou sempre a mesma escola	Habilitação	Anos de abandono	Anos de retenção
J1	15	F	N	Não	5º	2	4
J2	16	F	S	Não	7º	1	6
J3	15	F	N	Não	5º	2	2
J4	16	M	S	Não	6º	1	4
J5	16	M	S	Não	6º	1	3
J6	16	M	S	Não	6º	1	4
J7	15	M	S	Não	6º	0	4
J8	17	M	S	Não	7º	1	3
J9	14	M	N	Não	5º	1	3
J10	14	M	S	Não	6º	1	2
J11	14	M	S	Não	4º	2	3

A questão dos alunos PIEF não se restringe somente à dificuldade de aprendizagem. Neste sentido, acredita-se ser pertinente o pensamento de Rodrigues (2003, pp.91-92) face à inclusão e à estruturação dos parâmetros curriculares:

O currículo é, certamente, um dos aspectos centrais que deve ser levado em conta quando procuramos realizar alterações na escola no sentido da inclusão. Antes de mais, porque é ele que as reformas da escola têm tido mais dificuldade em alterar e, de certa forma, o currículo é usado como uma justificação para se manter a escola como está. Na verdade, os conteúdos, o elenco das disciplinas, o tempo semanal a elas destinado, a dimensão e a organização por turmas, os processos de avaliação, etc., são muitos mais estáveis do que os outros aspectos como as nomenclaturas, as instalações, etc. Assim, o currículo (referimo-nos obviamente à concepção restrita de currículo encarada em termos estritamente escolares) pode ser identificado como um dos dilemas da inclusão.

Nas muitas discussões, identificou-se que os docentes acrescentam sugestões que podem servir de melhoria para a implementação do PIEF. Basicamente, manifestam preocupação relativamente às áreas de ensino que, na atual estrutura curricular, não estão integradas em um projeto verdadeiramente transdisciplinar, capaz de favorecer o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Logo, seguir a mesma matriz do ensino regular faz com que os professores sejam obrigados a adaptar, com as limitações existentes, um currículo que não foi pensado para estes alunos. Destacamos o relato do professor quando diz que é possível criar projetos transdisciplinar disciplinares que desenvolvam atividades em conjunto e depois avaliem os ganhos e a viabilidade, para, a partir de então, cogitar-se outros projetos.

Nesse sentido, no momento da entrevista dois professores elucidam que: “[...] teria toda a vantagem em haver um espaço no horário que fosse reservado para os

professores trabalhem em conjunto”. É preciso trabalhar mais em equipe, com a perspectiva de fazer o melhor, “[...] o melhor para responder às necessidades educativas dos alunos”.

(iii)-Condições de Ação

Nesta dimensão avaliou-se a organização de funcionamento do PIEF, onde na avaliação do diretor a “escola mesmo tendo um conjunto de docentes bem intencionados, à escola faltam recursos, sobretudo no âmbito da psicologia, da assistência social e essa é a principal dificuldade”. Na visão do Técnico EMM, diz não saber se a melhor metodologia é a de juntar alunos com problemáticas tão específicas, e ao mesmo tempo tão dramáticas. Para este, “[...] agressividade puxa agressividade e às vezes é muito complicado gerir esses conflitos entre os jovens, e essencialmente dentro da sala de aula”. Reitera, o Técnico de Intervenção Local que é preciso “mudar muito as muitas coisas na escola”.

A partir das entrevistas, ousamos a reflexão sobre as condições de ação no tocante a organização de funcionamento do PIEF, da seguinte maneira: o TIL analisa a atuação dos professores. Estes, tecem crítica à direção da escola, que por sua vez, tece crítica à estrutura do Programa. Por fim, o Técnico EMM se posiciona em uma abordagem que ressalta na opinião dele, falhas do PIEF, e relata situações relativamente ao desenvolvimento das suas funções. Acrescenta, que não houve possibilidade nessa escola, de uma maior preparação antes de iniciar o ano letivo deste grupo/turma, ressaltando ainda que o mesmo iniciou após o início do ano letivo da escola, fato que contribuiu para fragilidades no funcionamento do programa.

(iv)-Propostas Futuras

Conforme o Técnico EMM, deve-se observar como proposta futura a (re) integração do jovem PIEF no ensino regular. Para o TIL, a escola deve canalizar organização ao nível de atividades, estas, pautadas pela interdisciplinaridade como um caminho facilitador para desenvolver a aprendizagem nos jovens.

Nesse contexto, dos professores entrevistados, um dos professores acrescenta que o ensino deveria ser organizado por temas. De igual modo, concorda outro professor, sugerindo ainda, a construção de projetos (individual e coletivo). Na visão de quatro outros professores, uma vertente necessário a ser mudada e/ou melhorada, diz respeito à uma maior integração do aluno em atividade vocacional ou profissional.

Considerações finais

Este trabalho resultou de um estudo de caso, cuja população central constituía-se por onze jovens com idades entre os 14 e os 17 anos, e com um histórico escolar repleto de retenções e abandono. Somava-se ao insucesso escolar, um contexto social e familiar complexo, fato constatado com a verificação de que todos os jovens integrantes do grupo/turma PIEF — alvo da nossa observação participante — constituíam-se como oriundos de família disfuncional.

A partir das reflexões durante a investigação, identificamos que em educação não há um manual que oriente e possa ser seguido como regra universal onde todos se adequem e obtenham sucesso da mesma maneira. Pensar em educação é permitir um desafio constante, promovendo na escola a possibilidade de os indivíduos construírem caminhos que os tornem cidadãos no mundo. A escola precisa promover espaços e atividades que explorem o exercício do pensamento, possibilitando que, de modo individual e coletivo, que os alunos pensem e se relacionem.

O PIEF é visto como uma mais valia, considerando o programa, uma medida que (re) integra o jovem na escola, e busca reunir condições para desenvolver a aprendizagem cognitiva, bem como competências pessoais e sociais. A discussão proposta com alguns resultados apresentados neste trabalho, nos leva a pensar que uma medida educacional, só torna-se eficaz a partir de um conjunto de condições, contudo o professor desenvolve um papel fundamental na possibilidade de propor relações e vivências de uma educação na cidadania.

À luz das reflexões aqui feitas, não é nosso objetivo classificar como ineficaz a política educacional do PIEF, mas, extrair dessas reflexões, experiência escolar, a fim de contribuir com o progresso individual e coletivo dos jovens e profissionais que atuam na escola, seja no caso específico do PIEF ou não.

Referências

- AMADO, João. **Introdução à investigação Qualitativa em Educação**. (Investigação Educacional II - Relatório de Disciplina Apresentado nas Provas de Agregação). Coimbra, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.
- BAUMGARTEN, Maíra. A prática científica na “Era do Conhecimento”: Metodologia e transdisciplinaridade. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 22, p. 14-20, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n22/n22a02.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2016.
- DELEUZE, Gilles.; PARNET, Claire. **Diálogos**. Lisboa: Relógio D’Água Editores. 2004.
- FONSECA, António *Manuel*. **Educar para a cidadania – Motivações, princípios e metodologia**. Porto: Porto Editora, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIL, Carlos António. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro; Lamparina, 2015.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LESSARD-HÉBERT, Michelle. **Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- MORIN, Edgar. **Um pensamento livre para o século 21**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2014.
- RANGEL, Mary. Fundamentos pedagógicos e dimensões do processo educativo de ensino-aprendizagem: questões básicas da escola básica. **Revista @ambienteeducação**, vol 2 nº 1, pp.159-165, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Editora Cortez, 2010.

YIN, Robert. **Estudo de caso – Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Outra Fonte

Lei de criação do PIEF

Despacho Conjunto nº 948/2003 de 26 de setembro. Diário da República nº 223 - II Série. Ministério da Educação e da Segurança Social. Lisboa.